

tífica, partindo do pesquisador no exercício da vigilância sobre o trabalho metodológico, nos leva a acreditar que essa disposição diante da investigação pode ser desenvolvida por meio de uma pedagogia crítica da pesquisa.

Há, portanto, três princípios básicos envolvidos na produção do discurso científico a que o modelo metodológico deve atender: o princípio da não contradição interna, pelo qual o modelo deve dar conta do tempo lógico em que o discurso se inscreve; o princípio da não contradição externa, que exige que se dê conta do tempo histórico presente na obra; o princípio da responsabilidade científica, que reclama do autor do discurso o desempenho consciente em sua produção.

CAPÍTULO VI

MODELO METODOLÓGICO: OS NÍVEIS DA PESQUISA

O modelo a ser formulado, como todo modelo, é uma construção metodológica. Lembremos que ele tem por base o campo de pesquisa como totalidade estruturada a partir da qual se pode deduzir e progressivamente elaborar seus componentes que são de ordem “paradigmática” (níveis) e “sintagmática” (fases ou etapas).

Essa estrutura em níveis e fases é tecida concomitantemente na prática de uma pesquisa. É para fins de operacionalização do modelo que vamos distinguir os momentos de construção/reconstrução da *estrutura*, ou seja, da articulação dos diferentes *níveis metodológicos*, e de construção/reconstrução do *processo*, da articulação das diferentes *fases metodológicas* no interior da pesquisa.

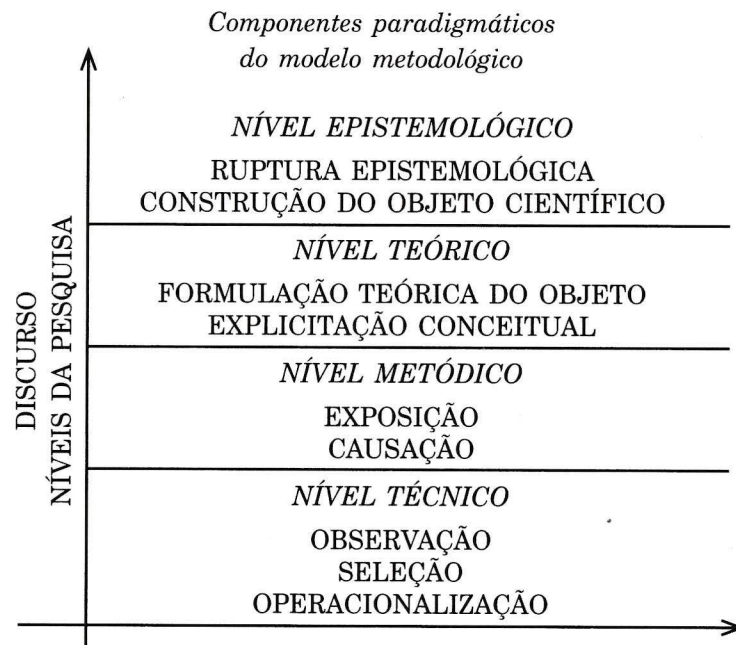
Toda pesquisa engaja, explícita ou implicitamente, os seguintes níveis metodológicos: epistemológico, teórico, metódico e técnico. Cada nível interage em suas operações com os outros níveis e está presente em cada fase da pesquisa.

Os níveis da pesquisa e suas operações metodológicas estão no Quadro 1 e são representadas no Gráfico 2.

QUADRO 1

COMPONENTES PARADIGMÁTICOS DO MODELO METODOLÓGICO	
<i>Níveis metodológicos</i>	<i>Operações metodológicas</i>
(A) Epistemológico (vigilância epistemológica)	1) Ruptura epistemológica 2) Construção do objeto científico
(B) Teórico (quadros de referência)	3) Formulação teórica do objeto 4) Explicitação conceitual
(C) Metódico (quadros de análise)	5) Exposição 6) Causação
(D) Técnico (construção dos dados)	7) Observação 8) Seleção 9) Operacionalização

GRÁFICO 2



1. O nível epistemológico

É o nível que exerce uma função de vigilância crítica na pesquisa. Ao longo de toda a pesquisa esse nível se traduz em movimentos ou operações destinadas à explicitação dos obstáculos epistemológicos da pesquisa e sua autocorreção e à construção do objeto científico.

Os paradigmas científicos nas Ciências Sociais devem ser vistos, em primeiro lugar, como construções epistemológicas que propõem, cada qual à sua maneira, regras de produção e explicação dos fatos; de compreensão e validade das teorias; de transformação dos objetos científicos e crítica de seus fundamentos. Os paradigmas viabilizam, deste modo, um tipo de ajustamento, necessário ou possível, entre o sujeito e o objeto de conhecimento. As operações epistemológicas que cada um propõe vão se concretizar em soluções específicas para questões como a objetividade, a causalidade, a formação de inferências, a generalização, as leis etc. Segue-se então que a reflexão epistemológica desenvolve-se internamente à prática da pesquisa, encarregando-se de renovar continuamente uma série de operações que asseguram a cientificidade dessa prática. Essas operações são a ruptura epistemológica e a construção do objeto científico.

1. A ruptura epistemológica

A primeira operação é a ruptura epistemológica entre o objeto científico e o objeto real ou concreto. Tratando-se do universo social, a ilusão de transparência do objeto real deve ser criticada e as relações mais aparentes, que são as mais familiares, devem ser afastadas. Essa operação de ruptura exige também submeter à crítica metódica as categorias, os problemas e os esquemas que a linguagem científica toma da linguagem comum. A predisposição de tomar, como dados, objetos pré-construídos pela língua comum é um obstáculo epistemológico amplamente notado nas teses de Comunicação analisadas. A preocupação com a definição rigorosa torna-se inútil e até enganosa se o princípio unificador dos objetos submetidos à defi-

nição não for submetido à crítica. Também está envolvido o recurso aos esquemas analógicos das Ciências da Natureza (física, mecânica etc.) adotados sem reflexão crítica.

A operação epistemológica da ruptura decorre do princípio de que “o fato científico se conquista contra a ilusão do saber imediato” (Bachelard) e incide particularmente sobre a fase de definição do objeto de pesquisa e do sistema de conceitos aí envolvidos.

2. A construção do objeto científico

A segunda operação epistemológica é a construção do objeto científico. Ela parte de uma crítica ao empirismo grosseiro, uma vez que o objeto é tido como um sistema de relações expressamente construído. O ponto de vista, diz Saussure, cria o objeto. O objeto é produzido ao longo de um processo de objetivação, que é a progressão da formação, da estruturação e do recorte dos fatos até os procedimentos de coleta dos dados. “A objetivação é o conjunto dos métodos e das técnicas que elaboram o objeto de conhecimento ao qual se refere a investigação.”¹

Dado que, no dizer de Poincaré, “os fatos não falam”, o real nunca toma a iniciativa, uma vez que só pode responder se interrogado. Temos aí a base epistemológica para executar a fase de elaboração da *problemática da pesquisa*. Ela vem a ser a visão global do próprio objeto da pesquisa e do domínio científico (disciplina) no qual ela se desenvolve. É a problemática que permite submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade relacionados pelo sistema das questões, teóricas e práticas, que lhe são apresentados. As respostas antecipadas a essas questões integram a fase de elaboração das hipóteses que devem estar presas conceitualmente à problemática. Uma vez que os aspectos ou fatos da realidade não são dados, estes, quando obtidos por meio das técnicas de investigação, já implicam supostos teóricos. A crítica epistemológica das técnicas deve ser feita já na própria elaboração da problemática da pesquisa,

1. P. De Bruyne et alii, *Dinâmica da pesquisa*, op. cit., p. 52.

deslocando a tradicional visão da “neutralidade axiológica” das técnicas pela concepção de técnicas como “teorias em ato”.

A operação epistemológica envolvida na construção do objeto científico também impõe a necessidade, nas Ciências Sociais, de *romper com o monopólio dos procedimentos indutivos*, que têm conduzido facilmente à perspectiva positivista das relações entre a necessidade de observação com base empírica e a exigência teórica que funda a própria observação. É indispensável renunciar a querer encontrar nos dados imediatamente percebidos um princípio que os unifique. Isso quer dizer que a necessidade do recurso aos modelos teóricos está em sua capacidade de formular os princípios geradores e unificadores de um sistema de relações. Abre-se a possibilidade de extrapolar as diversidades da realidade fenomenal e atingir as homologias estruturais, sem que se dispense a obrigação de procedimentos de verificação sistemática. Produtos conscientes de um distanciamento por referência à realidade, os modelos teóricos remetem sempre à realidade e permitem medir nela as propriedades que só a dialética entre procedimentos indutivos e dedutivos possibilita descobrir².

2. O nível teórico

É o lugar de formulação sistemática das hipóteses e dos conceitos, da definição da problemática e da proposição de regras de interpretação. Corresponde fundamentalmente às operações de adequação dos modelos teóricos ao objeto empírico de inves-

2. É o que Marx traduziu para o método da Economia Política, ao afirmar: “O concreto é o concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensador um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento”. Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977, pp. 218-219.

tigação. Esses modelos funcionam como “quadros de referência” e nas Ciências Sociais se referem ao paradigma marxista, ao funcionalista e ao compreensivo.

Na relação da teoria com o paradigma, este deve ser visto como um sistema teórico global, ao passo que a teoria é sempre parcial e limitada à interpretação de um fenômeno ou conjunto de fenômenos da realidade. O paradigma é formado por várias teorias setoriais ou disciplinares (da cultura, da economia, da comunicação, da política etc.) e teorias particulares ou temáticas (da cultura popular, da dependência, da indústria cultural, da recepção etc.). As “teorias globais” são os parâmetros aos quais toda teoria parcial deve se adequar, o que repõe constantemente nas Ciências Sociais as questões da integração teórica dentro de um mesmo paradigma e da convergência teórica e epistemológica dos vários paradigmas.

A função da teoria na pesquisa, isto é, a teoria concebida como parte integrante do processo metodológico, é realizar efetivamente, ser o *meio* de ruptura epistemológico em face das prenoções do senso comum, através de um corpo sistemático de enunciados e de sua formulação conceitual visando captar e explicar os fatos.

A teoria assim concebida impregna todo o processo concreto da pesquisa, é imanente a todos os procedimentos da observação e a todas as questões (problema de pesquisa) e respostas (hipóteses) que se apresentam ao objeto real. É no sentido amplo de confronto com o real, para apreendê-lo, que a teoria existe.

O processo científico não vai dos “dados” à teoria, mas parte de determinadas informações, mediatizadas por uma problemática, para uma formulação conceitual dos problemas e, em seguida, desses problemas para um corpo de hipóteses que forma a base de toda teorização. A teoria hipotética suscita e produz evidências fatuais que, reciprocamente, controlarão sua validade. Em última instância, a razão de ser das teorias científicas “é o papel que elas desempenham diante dos fatos: elas dão um quadro coerente dos fatos conhecidos, indicam como são organizados

e estruturados, explicam-nos, preveem-nos e fornecem, assim, pontos de referência para a observação de fatos novos”³.

A teoria deve ser concebida em função da pesquisa, na direção da experiência do real na qual ela confronta os fatos que ela própria suscitou com seu sistema de hipóteses. Trata-se então de marcar o lugar de uma teoria integrada na pesquisa e de denunciar com isso toda visão dicotômica que dissocia teoria e pesquisa.

Nas pesquisas de Comunicação é comum encontrar o nível técnico, que concerne às operações de construção do objeto empírico, muito dissociada do nível teórico, cujas operações são as únicas que conferem condição de validade científica à investigação que se está desenvolvendo. Submerge-se conseqüentemente num empirismo ingênuo. É preciso evitar o “dataísmo” tanto quanto o terrorismo da teoria e a relação parasitária com os corpos teóricos caducos, a mera acumulação de dados, tanto quanto a erudição estéril.

A teoria, como nível metodológico da pesquisa, deve realizar a ligação entre os contextos da *prova* e da *descoberta*. O contexto da prova é aquele em que levantamos a questão de saber se aceitamos ou rejeitamos as hipóteses e as teorias, sem nos preocuparmos com a maneira pela qual descobrimos e testamos essas hipóteses e teorias. O contexto da descoberta é aquele no qual nos perguntamos como encontramos e como construímos nossas hipóteses e teorias. A ligação entre esses dois contextos é feita por meio de duas operações teóricas: a formulação teórica e a explicitação conceitual.

1. A formulação teórica do objeto

Inicia-se no exato momento em que começa a pesquisa pela *formulação da problemática da pesquisa*. Neste, o objeto real é constituído como objeto de ciência. A problemática, por levantar internamente questionamentos à realidade, e soluções antecipa-

3. W. M. O’Neil, *Faits et théories*, apud P. De Bruyne et alii, *Dinâmica da pesquisa*, op. cit., p. 102.

das, desdobra-se em *hipóteses de trabalho* que já são modalidades particulares mais rigorosas das *hipóteses teóricas* trazidas conjuntamente a essa problemática.

A formulação é o aspecto sintático assumido pelas teorias como articulações de proposições segundo regras de derivação lógica; a formulação é o prerequisite da testabilidade da teoria, pois obedece ao critério de coerência formal exigido por uma concatenação, uma coligação de todas as proposições da teoria num corpo articulado e não contraditório.

2. A explicitação conceitual

Vem a ser a própria consistência semântica da teoria como corpo de conceitos. Os conceitos contêm propriedades explicativas, e sua explicitação deve se efetuar durante a pesquisa para preparar o teste das hipóteses, ou seja, ela permite operações referenciais sobre os objetos de investigação, na medida em que, a partir da *definição dos conceitos*, estes podem ser progressivamente decompostos em indicadores empíricos por meio do processo de *operacionalização*.

A teoria interage dinamicamente com os demais níveis metodológicos da pesquisa: no plano epistemológico, enquanto conjunto significativo pertinente a uma problemática de base empírica; no plano metódico, enquanto conjunto coerente de proposições que fornecem um quadro explicativo e compreensivo; no plano técnico, enquanto conjunto de hipóteses a serem testadas empiricamente.

3. O nível metódico

É o lugar de enunciação das regras de estruturação do objeto científico, impondo a este certa figura, certa ordem entre seus elementos. É o espaço do "método" propriamente dito na Metodologia da pesquisa. Permite colocar num espaço de causalção os elementos constitutivos da investigação (o problema, as hipóteses, as técnicas de observação, a verificação etc.).

Se a teoria é o lugar da formulação da problemática, o nível metódico é seu lugar de objetivação. Isso porque a teoria dentro da pesquisa estrutura o objeto por meio de certos métodos. Os métodos aqui comparecem para fornecer *quadros de análise* através dos quais são ordenados e articulados os conceitos, elementos e variáveis, numa espécie de "arquitetônica" do discurso. Por isso os quadros de análise principais realizam, cada um a seu modo, as funções metodológicas *stricto sensu* na pesquisa. São os métodos estruturais (da teoria marxista e do estruturalismo), tipológico (da teoria weberiana) e sistêmico (da teoria funcionalista). A teoria é fortificada e constantemente consolidada à medida que se fixam nos quadros de análise o recurso à tipologia, ao sistema, à estrutura, ao tipo ideal. Neste nível do método é de particular importância a formalização ou a expressão da estrutura do trabalho dos conceitos, proposições, teses etc. Esta articulação do sentido dá-se por meio das seguintes operações: exposição e causalção.

1. A exposição

Dá-se através de determinado "estilo". O modo de expressão é frequentemente um correlato do modo de reflexão e da própria prática metodológica. À exposição cabe a função de formalização e de articulação do sentido, da estruturação das teorias e das problemáticas úteis à pesquisa. Diferentemente das operações teóricas que procedem a verificações empíricas entre teorias e fatos, as operações de exposição estão sujeitas a uma única prova, que é a do *rigor* e da *coerência interna*, distribuída pelos aspectos de coerência semântica (de conteúdo), coerência sintática (de forma) e coerência de estilo. Por meio da exposição o discurso científico propõe-se como modelo, como cópia do real ou seu simulacro.

2. A causalção

Consiste em traçar conexões entre teses, fatos, variáveis, proposições. Essas conexões podem aparecer sob as formas de determinação, de causas múltiplas de intensidade diversa, de cau-

salidade simples, de relações significativas, associativas, de variáveis independentes e dependentes etc. A causalidade será dita expressiva ou compreensiva no quadro tipológico, será quantitativa num quadro sistêmico e tomará a forma de determinação no quadro estrutural.

4. O nível técnico

É o lugar da construção dos dados ou do objeto empírico. Compreende os procedimentos de coleta das informações e das transformações destas em dados pertinentes à problemática geral. Será em função desses dados que se elaborará o objeto científico. Coloca-se neste nível da pesquisa a necessidade de operar logicamente uma série de passos a fim de adequar o campo doxológico, o da "realidade de todos os dias", com o campo teórico, o da formulação dos fatos científicos.

Se as Ciências Sociais não pretendem pura e simplesmente reproduzir os discursos do senso comum, uma ruptura epistemológica consequente deve caracterizar a investigação nessas ciências. Para elas os "fatos" não devem se impor absolutamente como verdade — como se impõem nas práticas sociais correntes — e deve-se fazer um esforço para objetivá-las, isto é, colocar os fatos em seu lugar teórico, como "dados", estabelecendo-se uma passagem dos fatos aos dados e vice-versa.

As operações que visam à construção dos dados de modo sempre relacionado à perspectiva teórica adotada pertencem ao polo técnico da pesquisa. Algumas, talvez as principais, têm caráter indutivo e são operações que transformam os fatos em dados, isto é, em conceitos ou objetos científicos; outras têm caráter dedutivo e percorrem o caminho inverso, de transformar os conceitos em fatos, que passam a ser diretamente observáveis. Há, portanto, um movimento dialético entre indução e dedução nas técnicas de construção dos dados.

Essas operações técnicas são: a observação (da informação ao dado), a seleção (do dado ao objeto) e a operacionalização (do objeto à informação).

1. Técnicas de observação

A "informação" torna-se *dado* mediante operações técnicas de observação. Essa transformação é feita na medida em que a significação das práticas sociais é apreendida como significação pertinente a uma problemática científica. O dado leva-nos a abandonar o espaço doxológico do real e nos introduz no espaço epistêmico da pesquisa. Para constituírem-se em "objeto", os dados devem ser pertinentes a determinadas teorias e hipóteses teóricas precisas, e, afinal, poder testar os sistemas teóricos nos quais essas hipóteses particulares se inserem.

Dessa maneira, os objetos científicos são "conquistados, construídos e comprovados", segundo Bachelard. Sua própria natureza é "instrumentada" pelas técnicas que os coletaram e tornada significativa pelo sistema teórico que os produziu ou acolheu. Os objetos remetem a enunciados empíricos que descrevem situações observadas, enquanto as teorias apenas apresentam, em sua linguagem hipotética, a possibilidade de tais situações. Dessa forma, o nível técnico e a teoria são indissociáveis. O polo técnico é o momento da observação, do relatório dos fatos, enquanto o polo teórico é o momento da interpretação e da explicação desses fatos. A "evidência" empírica não pode ser separada da "pertinência" teórica; o fato é o correlato da ideia.

2. Técnicas de seleção

As operações técnicas de coleta efetuam transformações específicas das informações coletadas, enquanto as operações técnicas de seleção de dados implicam processos teóricos de redução a um objeto de conhecimento verificável. Por meio destas, os dados são selecionados, expurgados e classificados com vistas à descrição de "tipos empíricos". Finalmente, estes são elevados à categoria explicativa pelos modelos teóricos. Verifica-se que existem graus de ruptura epistemológica que vão do trabalho de observação e coleta das informações, de seleção dos dados, à interpretação do objeto operada através de teorias específicas.

Podemos então afirmar que as operações de coleta e de seleção envolvem três operações de transformação técnica, que

são a quantificação, a codificação e a descrição. Por meio da *quantificação*, as informações são transformadas em indicadores empíricos e estes em variáveis e fatores mensuráveis; pela *codificação* os traços significativos do objeto são reunidos em categorias, e pela *descrição* os fenômenos concretos são organizados em tipos empíricos, por meio de inferências indutivas.

Uma questão importante surge aqui: o uso do termo *método* para realizar operações intelectuais de caráter técnico. Normalmente não há dúvidas em se definir o questionário ou a entrevista como “técnicas de investigação”, mas o mesmo não ocorre quando se trata da quantificação (análise estatística), da codificação (análise de conteúdo) e da descrição sociológica (estudo de caso), etnográfica (estudo de comunidade), ou historiográfica (estudo histórico). Entretanto, todas essas operações possuem a mesma função técnica no discurso científico.

Segundo Wolf, o termo *método* pode ser aplicado no campo da ciência tanto em sentido “técnico” quanto em sentido “lógico”. No primeiro caso, ele denota as operações através das quais a realidade é observada (técnicas de observação), os dados brutos são organizados e classificados (técnicas de investigação) e por meio de procedimentos indutivos são formados os níveis empíricos representativos. A esta última operação denominamos “descrição” e ela envolve processos analíticos da formação das evidências empíricas representativas, que são realizados através dos métodos: monográfico, estatístico, historiográfico, etnográfico, análise de conteúdo etc. Todas essas operações correspondem aos métodos “técnicos”, que são métodos de investigação e de reconstrução. As operações que levam à formação da inferência e da explicação da realidade correspondem aos “métodos lógicos”, que são métodos de interpretação ou de explicação⁴.

3. Técnicas de operacionalização

A operacionalização é um conjunto de operações técnicas de caráter dedutivo que realizam a conexão entre o dado e o fato,

4. Ver F. Fernandes, “O processo de observação da realidade”, in *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, op. cit.

entre o conceito (enunciado linguístico teórico) e o fato empírico (referente real). As técnicas de operacionalização interagem dialeticamente com as técnicas de observação dentro da pesquisa. Estas envolvem a indução de conceitos a partir de operações de investigação definidas que elevam os fatos ao conceito; inversamente, as técnicas de operacionalização voltam-se para a dedução do conceito em operações de investigação definidas, que decompõem o conceito em fatos.

Cabe perguntar aqui como é possível medir ou observar um conceito surgido da reflexão teórica sobre a realidade social. Esse problema de método é apresentado pelas diferentes perspectivas teórico-metodológicas, pois está estreitamente vinculado a posturas epistemológicas definidas. Por exemplo: Durkheim propõe uma definição operacional para delimitar com clareza o problema da pesquisa, e Marx estabelece relações metodológicas entre o abstrato e o concreto⁵.

O processo de operacionalização surgiu no funcionalismo norte-americano e foi sistematizado, entre outros, por Lazarsfeld⁶. É constituído por uma série de operações que se sucedem: a representação do conceito (por exemplo, participação); a especificação de suas dimensões ou categorias (por exemplo, participação econômica, política, cultural etc.); a eleição de indicadores observáveis (por exemplo, na participação econômica, emprego, salário, consumo etc.) e a elaboração de índices (por exemplo, o índice de participação será dado por uma medida “x”). Essa necessidade de definição operacional na pesquisa empírica apresentada pelo funcionalismo norte-americano é de certo modo incompatível com a teoria marxista. Por não haver nesta uma interpretação única da relação concreto-abstrato, tal necessidade cairia numa espécie de “vazio metodológico” que tenderia a

5. Cabe notar que os textos propriamente metodológicos de Durkheim, Marx e Weber são, respectivamente: *As regras do método sociológico*, São Paulo, Nacional, 1963; *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977; *Sobre a teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1977.

6. Paul F. Lazarsfeld, “De los conceptos a los índices empíricos”, in Raymond Boudon e Paul F. Lazarsfeld (orgs.), *Metodología de las Ciencias Sociales*, v. I, Barcelona, Laia, 1973, pp. 35-46.

ser preenchido pelo esquema positivista. Isso configuraria para alguns uma incoerência metodológica na teoria marxista, enquanto outros assinalam a possibilidade de incorporar o processo de operacionalização, desde que se tenham presentes os postulados básicos do método dialético. Assim, nas investigações marxistas de nível microssocial, esse processo deveria:

- considerar a perspectiva da totalidade e o processo histórico dos fenômenos;
- distinguir entre o morfológico (aparência) e o estrutural (essência);
- redefinir constantemente conceitos, categorias, variáveis e indicadores a partir do contexto histórico-social que se quer estudar. Por exemplo:
 - conceito: classe social;
 - categoria: burguesia brasileira;
 - variável: burguesia agrária;
 - indicadores: hectares de terra, valor de produção, uso de tratores, de inseticidas/hectare etc.

Quanto a todas essas operações de apreensão “técnica” do real, concordamos com as afirmações de Bourdieu e de Thiollent⁷ sobre a necessidade urgente de restituir à observação metódica e sistemática seu primado epistemológico. Longe de constituir uma forma neutra e controlada de elaboração de dados, as técnicas de coleta e de seleção supõem um conjunto de retenções e de exclusões, as quais são tanto mais perniciosas quanto mais permanecem inconscientes. Deve-se então realizar na prática a crítica à falsa neutralidade das técnicas, seja no momento da opção das técnicas dentro da estratégia metodológica de uma pesquisa, seja por ocasião da construção dessas técnicas (questionário, modalidade de entrevista, de amostra etc.). Exige-se que não se encare as técnicas como mero “know-how”, como regras de “como fazer”, de como manipular categorias em detrimento do estudo sobre as operações que permitem construí-las.

7. P. Bourdieu et alii, “A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato”, in *El oficio*, op. cit.; M. Thiollent, “A definição das técnicas de pesquisa” e “A falsa neutralidade das enquetes sociológicas”, in *Crítica metodológica*, op. cit.

As técnicas de pesquisa são “teorias em ato” (Bachelard), procedimentos de construção dos dados e das relações entre os dados. Os pressupostos epistemológicos das técnicas são as representações do objeto investigado e do social que elas carregam. Em certas técnicas de amostragem, por exemplo, está implícita a representação da sociedade como multidão atomizada.

Fazendo a crítica à ausência de uma “teoria do questionário”, Bourdieu⁸ problematiza a pretensa neutralidade das técnicas de pesquisa, criticando os seguintes componentes do questionário: imposição da problemática, fruto do sociocentrismo do investigador e do autoritarismo na organização das questões; desníveis de comunicação entre investigadores e investigados verificados nas respostas pré-formuladas e nas diferenças dos modos de comunicação: a duplicidade de princípios (moral e político) da produção de opiniões demonstrada pelo descompasso que se verifica entre a pergunta política e a resposta moral ou vice-versa; a limitação conformista do questionário, verificada na tendência à reprodução de evidências primárias, pelo que se consegue captar apenas os efeitos da dominação ou reprodução simbólica e dificilmente se capta a mobilização de opiniões.

É também o caso de aqui fazermos a crítica à definição restritiva das técnicas de investigação, que confere ao questionário um privilégio indiscutível e pelo qual as demais técnicas nada mais são que substitutos aproximativos dele. Defender uma combinação de diferentes técnicas, quantitativas (questionário, análise quantitativa de conteúdo, amostragem) e qualitativas (entrevistas, observação participante, análise qualitativa de conteúdo), é reconhecer, ao lado das vantagens metodológicas de cada uma, seus limites epistemológicos.

8. P. Bourdieu, “A opinião pública não existe”, in M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit.